

<http://amazoniareal.com.br/apocalypse-agora-para-amazonia-promessas-devastadoras-do-presidente-eleito/>



“Apocalypse Agora” para a Amazônia: Promessas devastadoras do presidente-eleito



Philip Martin Fearnside | 13/11/2018 às 11:34

Na fotografia estão eleitores posando em frente ao outdoor da campanha de Jair Bolsonaro, em Curionópolis, no Pará (Reprodução Facebook)

A eleição de Jair Bolsonaro, que é conhecido como o “Trump tropical”, é catastrófica para a Amazônia. O meio-ambiente era uma questão insignificante para a maioria dos eleitores. Uma pesquisa de opinião em abril de 2018 descobriu que 75% da população temem a invasão por um país rico por causa da riqueza natural do Brasil, adicionando apelo à representação de Bolsonaro das preocupações ambientais como ameaças à soberania nacional.

As vitórias conservadoras nas eleições parlamentares deste ano podem acelerar a aprovação de legislação proposta, efetivamente eliminando o licenciamento ambiental e terminando com a criação de áreas protegidas. Bolsonaro prometeu não permitir a demarcação de “um único centímetro” de terra indígena. Onze projetos de lei e de emenda constitucional que o Bolsonaro apoia estão sendo acelerados e podem ser aprovados antes dele assumir o cargo em 1º de janeiro de 2019. Um dos principais aliados congressionais de Bolsonaro prometeu “vender” as terras indígenas do País. De considerável interesse para os apoiadores ruralistas de Bolsonaro é uma modificação da lei para classificar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como organização terrorista. Isso, junto com a proposta de Bolsonaro de permitir a porte de armas para a “proteção de propriedades rurais”, poderia incitar ainda mais os conflitos na Amazônia, que já é palco de milhares de assassinatos rurais. Bolsonaro promete o fim dos “ativistas” e a expulsão de organizações ambientais internacionais.

As agências ambientais brasileiras perderiam o poder de licenciar projetos de infraestrutura, que são grandes impulsores do desmatamento. O que sobra de licenciamento seria distribuído para outros ministérios, notadamente aqueles que mais impactam a Amazônia: Agricultura, Infraestrutura e Minas e Energia, deixando a “raposa guardando o galinheiro”. O atual licenciamento ambiental do Brasil é lamentavelmente inadequado, mesmo sem o enfraquecimento planejado. O controle do desmatamento seria relaxado para por fim a uma suposta “indústria de multas [ambientais]”.

A negação climática, uma força poderosa no Brasil, é endossada por Bolsonaro. Ele vê a mudança climática como uma conspiração estrangeira para impedir o Brasil de desenvolver, e já encaminhou materiais negacionistas para sua base através das mídias sociais. Em agosto de 2018, um de seus filhos viajou para Nova York para se reunir com Steve Bannon – o homem que convenceu Trump a abandonar o Acordo de Paris. Durante sua campanha, Bolsonaro prometeu retirar o Brasil do Acordo, mas pouco antes do segundo turno, ele pareceu voltar atrás. No entanto, ficar no Acordo estava condicionado em “alguém” dar-lhe uma garantia escrita em “preto no branco” de que não há questão de “triplo A, nem da independência de qualquer terra indígena”. “Triplo A” refere-se a um corredor ecológico ligando os Andes ao Atlântico (que Bolsonaro acredita ser uma

conspiração estrangeira para usurpar a soberania sobre a Amazônia), e “independência” refere-se à crença de que os povos indígenas podem declarar independência do Brasil e serem reconhecidos por governos estrangeiros conspiratórios. Uma vez que tal garantia não pode ser esperada em relação a estas duas lendas urbanas, a intenção de Bolsonaro de se retirar do Acordo de Paris pode ser considerada como inalterada. Ironicamente, é previsto que o Brasil sofra alguns dos maiores impactos das mudanças climáticas.

Este é traduzido de um texto do site [Alert](#), que resume um texto com muito mais informações em [Yale Environment 360](#).

Philip Martin Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências e também coordena o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) dos Serviços Ambientais da Amazônia. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 500 publicações científicas e mais de 200 textos de divulgação de sua autoria [que estão disponíveis aqui](#).